

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A UTOPIA QUANDO A FOME É REALIDADE

Mitali Daian Alves Maciel

Universidade Federal do Pampa

mitali.maciel@gmail.com

Alessandra Troian

Universidade Federal do Pampa

alessandratroian@unipampa.edu.br

Joélio Farias Maia

Universidade Federal do Pampa

maia.joelio@gmail.com

Soraia Moh'd Khalil Salameh Ahmad

Universidade Federal do Pampa

soraia.khalil98@gmail.com

Eixo 06: Ciências Sociais e Aplicadas

Resumo: A segurança alimentar é o direito de todos ao acesso permanente a alimentos nutritivos, em quantidade suficiente para atender as necessidades humanas individuais. Assim, o estudo tem por objetivo analisar os dados da insegurança alimentar e da fome no cenário rural brasileiro contemporâneo e sua dicotomia com o desenvolvimento rural sustentável. Metodologicamente, o estudo possui abordagem qualitativa e caráter descritivo. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: revisão bibliográfica e coleta de dados secundários disponíveis na base da Rede Penssan, por meio da pesquisa publicada em abril de 2021. Como resultados, têm-se que a insegurança alimentar e a fome ganharam destaque nos últimos, tal situação é ainda mais marcante entre as pessoas que residem nas áreas rurais, em regiões produtoras de alimentos. Os dados indicam que os esforços individuais, coletivos e políticas públicas eficazes precisam ser despendidos para que ocorra efetivamente o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Fome. Cenário rural.

Introdução

A noção de desenvolvimento sustentável se caracteriza por ser um tipo de desenvolvimento multidimensional, no qual se preocupa com as gerações atuais e futuras, envolvendo questões ambientais, sociais, econômicas, culturais, territoriais e políticas. O conceito de desenvolvimento sustentável é reconhecido por ser economicamente viável,

socialmente incluyente e ambientalmente sustentável (SACHS, 2008). Quando transbordada para a esfera rural, depende de articulações e construção de consensos, mediados por uma relação democrática para que a (sobre) vivência e a produção sejam aliadas às melhores práticas tanto ambientais quanto sociais (SAQUET, 2012).

O desenvolvimento, em si, carrega o atributo qualitativo, que envolve interações de múltiplos fatores. Relaciona-se à exploração das potencialidades locais primando pela preservação dos recursos naturais. Devido a isso, evidencia-se a valorização dos aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade, ultrapassando as análises exclusivamente econômicas. Isto é, pensar em desenvolvimento é colaborar para a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos (SAQUET; SPOSITO, 2008).

Nesse caminho, o desenvolvimento rural sustentável incentiva o uso adequado da terra e dos recursos naturais, no âmbito rural, seja na produção agrícola ou agropecuária. Prioriza-se a utilização de bases sustentáveis para o desenvolvimento rural, cujo objetivo principal é assegurar o crescimento econômico, com a conservação da capacidade produtiva dos ecossistemas, dos recursos naturais, garantindo a redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome (ASSIS, 2006).

A noção de desenvolvimento é antagônica à insegurança alimentar e a fome, por isso para se obter uma concreta dimensão do desenvolvimento de determinada nação, as atenções necessitam ser direcionadas ao acesso e a distribuição de alimentos no país (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996; BELIK, 2012). Em direção a esse olhar e na busca pela promoção e aplicabilidade do desenvolvimento sustentável, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), propõe a Agenda 2030, como um plano de ação global para um 2030 mais sustentável, dispondo de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. Especificamente, o segundo ODS objetiva acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (PNUD, 2021).

No entanto, em via contrária, tem-se a fome cada vez mais presente no cenário rural, local onde em tese são produzidos os alimentos. O que se configura como um problema velado difícil de ser compreendido e aceito. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os dados da (in)segurança alimentar e da fome no cenário rural brasileiro e sua dicotomia com o desenvolvimento rural sustentável. Metodologicamente, o estudo possui abordagem qualitativa e caráter descritivo, tendo como técnica de coleta: revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários disponíveis na base da Rede Brasileira de Pesquisa em

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) – realizada em dezembro de 2020 e publicada em abril de 2021, e por fim, empregada-se a análise interpretativa das informações coletadas.

A Insegurança Alimentar e a Fome no Cenário Rural Brasileiro

A alimentação é reconhecida como um dos direitos humanos básicos, garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse viés, a concepção sobre segurança alimentar reconhece o acesso aos alimentos como um direito de todas as pessoas (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996). Ou melhor, é a garantia de todas as dimensões que inibem a ocorrência da fome, baseando-se na disponibilidade e acesso permanente aos alimentos, pleno consumo sob o ponto de vista nutricional e a sustentabilidade em processos produtivos (BELIK, 2003).

Todavia, a realidade no Brasil é alarmante. Mais da metade da população, em 2020, encontrava-se em situação de insegurança alimentar, isto é, 116,8 milhões de brasileiros não dispõem de acesso pleno e permanente aos alimentos. Ainda, 19,1 milhões de pessoas passam fome, o que corresponde a 9% da população. O cenário indica que os brasileiros não têm acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficiente nos mais variados níveis: leve, moderado ou grave, isso significa que, 55,2% dos domicílios convivem com a insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

O Brasil é protagonista na produção e exportação de matéria-prima (*commodities* agrícolas e alimentos), em nível mundial. Ou seja, o país é eficiente em produzir alimentos em quantidade suficiente para atender as necessidades de toda a sua população. Entretanto, o principal problema da fome no país não é a falta de produção de alimentos, mas sim, as dificuldades que as pessoas mais carentes enfrentam para poder acessá-los (FAO, 2021).

Ao se discutir sobre segurança alimentar e nutricional, deve-se considerar uma questão, a saber: a fome não é decorrente da escassez de alimentos, ou seja, da insuficiência na produção e sim, da sua má distribuição e, conseqüentemente, das dificuldades que as pessoas mais carentes enfrentam para acessá-los, agravada pela falta de renda. No entanto, a produção de alimentos da atualidade, se adequadamente distribuída, seria suficiente para diminuir radicalmente ou até mesmo eliminar a fome no Brasil e no mundo (MEDEIROS et al., 2018).

A fome é ainda mais preocupante nas áreas rurais, já que 12% da população que reside no campo estavam, em dezembro de 2020, em situação de insegurança alimentar grave,

passando por privação severa no consumo de alimentos. Somente entre os agricultores familiares a fome atinge 14,3% da população total. E 65,2% da categoria social têm alguma forma de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

A insegurança alimentar abrange desde a alimentação de má qualidade, passando pela instabilidade no acesso a alimentos, até a fome (BELIK, 2003). Os dados calamitosos indicam que as pessoas que produzem os alimentos estão passando fome, o que além de contraditório é inadmissível. Sendo ainda, extremamente difícil de assimilar e exige uma solução urgente e efetiva, como reforma agrária, infraestrutura básica - estradas para escoar a produção - por exemplo, crédito diferenciado, educação libertadora, entre outros.

De acordo com Maluf (2020), o cenário brasileiro vive uma contradição: o país é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas o sistema alimentar dominante do país endossa e produz desigualdades. Além dos desmantelamentos das políticas públicas para a promoção da segurança alimentar, o agronegócio exportador de *commodities* ao ser incorporado ao grande negócio global, concentra o acesso à terra, traduz-se na homogeneidade no campo e dessa forma, resulta em impactos sociais e ambientais, refletindo em desigualdades econômicas.

À vista disso, sem superar a insegurança alimentar, a fome e a miséria, não há como projetar meios de desenvolvimento rural sustentável. A garantia de qualidade integral da vida humana deve ser realidade, do contrário, o subdesenvolvimento continuará sendo um obstáculo crônico a ser superado. Dessarte, para um primeiro passo em busca do ODS-2, torna-se fundamental impulsionar práticas agrícolas sustentáveis, mediante ao apoio à agricultura familiar e do acesso equitativo à terra (ROMA, 2019). Corroboram Medeiros et al. (2018), que uma alimentação saudável exige sistemas produtivos sustentáveis, livre de agrotóxicos e de contaminações, sendo importante também, diversificar a alimentação, respeitar a cultura alimentar e a sazonalidade agrícola, além de fomentar iniciativas para promover sistemas produtivos diversificados.

Considerações Finais

Acabar com a fome no mundo é um dos grandes desafios posto à ética de cada ser humano, que convenientemente se dilui, ao ser colocado como responsabilidade da humanidade. A pobreza é o principal fator causador da fome, derivada da falta de renda e acesso, e da má distribuição de alimentos. Ela somente reduzir-se-á, quando políticas capazes de gerar novas oportunidades de empregos e melhorar a distribuição de renda para a

sociedade, forem colocadas em prática de fato. A erradicação da fome passa, por uma resposta adequada dos governos em forma de políticas públicas, com medidas efetivas para a proteção social.

Ações de regularização fundiária, demarcação de terras e a promoção da agricultura familiar são de fundamental importância para que o Brasil ainda se mantenha fora do mapa da fome, conquista essa, que só deve ocorrer com investimentos sociais e distribuição de renda. No contexto do ODS 2, importantes ações em termos de acesso à alimentação em quantidade adequada, necessitam avançar em direção à qualidade e à disponibilidade dos alimentos.

Haja vista que a insegurança alimentar e a fome estão presentes entre as pessoas inseridas no cenário rural, que produzem os alimentos, o fato indica que os esforços individuais, coletivos e políticas públicas eficazes necessitam ser efetivamente realizadas para que ocorra verdadeiramente o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, precisa-se de boa vontade política e empatia, seja para os fins sociais ou econômicos.

Referências

ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, p. 75-89, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/mg6Ypg7DYFQYhSdnVVHwsHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 12, p. 12-20, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YPDKqdqrHCK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 01 ago. 2021.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança alimentar e nutricional**, campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe**, 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/prioridades/seguridad-alimentaria/pt/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20a%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20a%20(1996).pdf). Acesso em: 29 jul. 2021.

MALUF, R. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p.1-5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659993>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MEDEIROS, C. A. B.; BUENO, Y. M.; ABREU SÁ, T. D. de; VIDAL, M. C.; ESPINDOLA, J. A. A. (editores técnicos). **Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa**. Brasília: Embrapa, 2018.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Plataforma Agenda 2030**, 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br>. Acesso em: 01 ago. 2021.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: <http://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>. Acesso em 30 mar. 2021.

SACHS, I. Da armadilha da pobreza ao desenvolvimento incluyente em países menos desenvolvidos. In: SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. Territorialidade e desenvolvimento diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, p. 15-31, 2008.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-15, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645701>. Acesso em: 28 abr. 2021.